

Apresentação

Não há dúvidas de que o controle externo da Administração Pública seja tratado com destaque pela Constituição Federal, notadamente no que se refere às competências e ao desenho jurídico-institucional dos Tribunais de Contas. A densa disciplina jurídico-normativa e a relevância da fiscalização da atividade financeira estatal trouxeram ao sistema de controle novos deveres e responsabilidades. Esse cenário transformou os Tribunais de Contas em órgãos essenciais para o alcance das muitas promessas constitucionais, notadamente a realização dos direitos fundamentais e o alcance dos objetivos da República. Essas razões têm consolidado o controle externo como objeto de estudo, com um perfil próprio que possui contribuições e interseções com diversos ramos do Direito e aportes de outras ciências como Administração, Economia, Contabilidade e Ciência Política.

O segundo número desta revista prossegue no firme propósito de consolidar o *controle externo* como objeto de estudos interdisciplinares. Em razão de sua filiação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a revista é um dos pontos de encontro entre a pesquisa acadêmica e a *praxis* jurídico-administrativa, permitindo diálogos que contribuem para o aperfeiçoamento do sistema de controle, como um todo complexo.

A necessária presença de temas atuais e relevantes reforça o compromisso do periódico com a oxigenação e o aprimoramento da função de controle; a participação de pesquisadores de diversos estados da federação, por outro lado, assegura a abertura para aproximações interinstitucionais que desestimulam o isolamento e a autorreferência institucional.

Os artigos e ensaios presentes neste número permitem perceber a importância da pesquisa empírica na gestão pública, em todas as suas diversas funções e processos. Com efeito, a linha editorial prioriza pesquisas e estudos centrados em ações que busquem resultados para a sociedade, impactando diretamente no uso eficiente e eficaz de recursos públicos em prol das prioridades definidas pela Constituição. Trata-se de um desafio complexo: estimular a produção científica original, amparada em dados, que fuja do canto sedutor das análises simplistas e da repetição de textos legais.

O leitor tem mãos uma edição preparada com esmero e rigor metodológico, razão pela qual merecem cumprimentos o TCE-GO e os editores da revista, os quais cumprimento em nome da incansável Editora Executiva, Conselheira Substituta Heloísa Helena Monteiro Godinho. Que a leitura atenta seja o estímulo inicial para o aprofundamento de estudos e submissão de pesquisas para as próximas edições!

Fabício Motta

Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás). Doutor em Direito do Estado (USP) e Mestre em Direito Administrativo (UFMG). Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (2017-2019).